

---

**PJM / PMMR**

**PARECER**

**CONTRATO Nº: 20200009**

**PROCESSO LICITATÓRIO Nº: 09/2019-00043**

**CONTRATADA: PROTEGE SERV. DE SEGURANÇA ELETRÔNICA LTDA-ME.**

**EMENTA: ADITIVO DE PRORROGAÇÃO DE  
PRAZO DE VIGÊNCIA CONTRATUAL.  
REQUISITOS LEGAIS CUMPRIDOS**

## **1. RELATÓRIO**

Trata-se de análise da possibilidade de aditamento para o Aditivo de Prorrogação de Prazo de Vigência Contratual do contrato administrativo Nº20200009, do Processo Licitatório 9/2019-00043.

Foi solicitado pela **Secretaria de Educação** através do ofício de nº 117/2020, fundamentando o pedido de aditivo de prorrogação de prazo.

A Secretaria de Finanças emitiu Memorando Nº **047/2020-SEFIN** favorável, sobre a prorrogação de prazo, ao contrato **20200009** da **PROTEGE SERV. DE SEGURANÇA ELETRÔNICA LTDA-ME.**

Foi informado que a prorrogação de Vigência será realizada do mês de dezembro de 2020 até 31 de dezembro de 2021.

É o relatório.

## **2. FUNDAMENTAÇÃO**

No caso em tela, verifica-se que a possibilidade da solicitação ora formulada se encontra consubstanciada no artigo 57, II, § 2º da Lei 8666/93 que assim determina:

**Art. 57 - A duração dos contratos regidos por esta Lei ficará adstrita à vigência dos respectivos créditos orçamentários, exceto quanto aos relativos:**

**II - À prestação de serviços a serem executados de forma contínua, que poderão ter a sua duração prorrogada por iguais e**

---

**sucessivos períodos com vistas à obtenção de preços e condições mais vantajosas para a administração, limitada a sessenta meses; (Redação dada pela Lei nº 9.648, de 1998)**

**§ 2º Toda prorrogação de prazo deverá ser justificada por escrito e previamente autorizada pela autoridade competente para celebrar o contrato.**

Analisando o procedimento realizado, verifica-se que o requerimento formulado se restringe a prorrogação de prazo, sem aditamento de seu valor e a possibilidade jurídica resta amparada no art. 57, II, § 2º da Lei 8.666/93. Ademais, nota-se que o mesmo vem sendo cumprido sem qualquer prejuízo à Administração visto que os serviços vêm sendo executados regularmente, conforme ofício 117/2020 – SEMED e memorando 47/2020 – SEFIN.

### **CONCLUSÃO**

Ante o exposto, que observado o prazo de vigência do aditamento contratual bem como os documentos reguladores fiscais da empresa **PROTEGE SERV. DE SEGURANÇA ELETRÔNICA LTDA-ME**, e a justificativa apresentada pela Secretaria de Educação, opino pela possibilidade de realização do aditivo requerido, nos termos do artigo 57, II, § 2º da Lei 8.666/93.

É o parecer, SMJ.

Mãe do Rio, 22 de dezembro de 2020.

---

**Fernanda Rithielly Sales da Silva**

**Procuradora - Decreto 131/2020.**

**Advogada OAB/PA 28.497**